

ORGANIZAR A LUTA UNIFICADA DO FUNCIONALISMO CONTRA OS ATAQUES DE NUNES/MDB E TARCÍSIO/Republicanos



Educação pública, como parte dos serviços públicos, está sob ataque dos governos privatistas de Tarcísio/Republicanos e Nunes/MDB. Nas redes estadual e municipal de ensino de São Paulo o ano letivo inicia marcado pelo aprofundamento dos ataques sobre a educação pública e seus trabalhadores. A intensificação da precarização do trabalho encontra seu auge com a grande falta de professores neste início de aulas, consequência da política de terceirização, que se deu no último período com os contratos precarizados em ambas as redes, do fechamento de salas em diversas escolas, principalmente na EJA, mas também em função da ampliação do Programa São Paulo integral no município bem como das escolas do PEI na rede estadual.

Somam-se a esse processo de precarização, imposto ao conjunto do funcionalismo, as políticas de arrocho salarial, de ataque a direitos como previdência, direitos das carreiras (evoluções funcionais, quinquênios, faltas abonadas, etc.) e da piora constante das condições de trabalho, que tem levado a um aumento alarmante do adoecimento físico e psíquico dos servidores.

O concurso público realizado na rede municipal há mais de um ano, tem seus aprovados convocados a fazer a escolha - com grande atraso - com as aulas em andamento, ou seja, ao menos mais um bimestre com as escolas sofrendo com a falta de professores e salas abarrotadas. Já o concurso público da rede estadual serviu única e simplesmente para legitimar o desemprego e a continuidade da precarização do trabalho por meio dos contratos que dividem os professores em várias categorias.

Junto a isso, em pleno ano eleitoral para a prefeitura, o governador Tarcísio e o Prefeito Ricardo Nunes lançam mão de um projeto de municipalização de 50 escolas estaduais, o que significa mais um passo em direção à imposição das terceirizações e privatizações na educação, caminho já pavimentado na educação infantil e que também já chegou às escolas de Ensino Fundamental. É necessário nos posicionarmos contra esse processo de municipalização autoritário, às costas da categoria, após finalizado o ano letivo de 2023, que descartou os trabalhadores da rede estadual dessas escolas, substituindo-os por trabalhadores contratados pela rede municipal. É preciso denunciar também as direções da APEOESP e SINPEEM, que se calam diante de mais esse ataque.

Como podemos observar, o projeto privatista, compartilhado entre os dois governos, se concretiza por meio da política de destruição dos serviços públicos, e consequentemente dos seus servidores. Por isso, a resposta dos trabalhadores no dia 8 de março é o da luta unificada do conjunto do funcionalismo contra o desmonte da educação e demais serviços públicos em São Paulo, orquestrado por Nunes e Tarcísio. Trabalhadores da educação, metrô, cptm, saúde, assistência social e demais serviços públicos devem tomar as ruas de São Paulo e impor suas reivindicações por meio da luta direta, nas ruas, com as assembleias conjuntas regidas pela democracia operária, para aprovar um plano de reivindicações comum de defesa dos serviços públicos, bem como do emprego, do salário e de melhorias nas condições de trabalho dos servidores municipais e estaduais.

DIVISIONISMO NA CAMPANHA SALARIAL 2024 DOS MUNICIPAIS

A burocracia que dirige o SINPEEM continua apostando na divisão para enfraquecer a luta do funcionalismo e facilitar as negociações corporativistas com o governo, às custas da categoria. Dizemos isso porque a campanha salarial 2024 está sendo preparada pela direção do SINPEEM por meio de um bloco burocrático com a direção do SEDIN e do SINESP, denominado COEDUC, desfazendo a unidade com as demais entidades do funcionalismo, que compõe o Fórum das entidades, e que convocou assembleia unificada para o dia 21 de fevereiro. Inclusive, é preciso denunciar que há setores da “oposição”, que compõem a diretoria do SINPEEM, que afirmam que há avanços nesta suposta unificação do SINPEEM com o SEDIN e SINESP. Nós, da UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA avaliamos que não há nenhum avanço. Primeiro, porque não se trata de unificação e sim de uma junção burocrática à margem da categoria, que impôs um calendário e plano de lutas que sequer foi debatido no último congresso do SINPEEM, mas aprovado a toque de caixa na última plenária. Unidade se dá pela base e em luta! Segundo, por que não podemos caracterizar como avanço o abandono da unidade com mais de 20 entidades do funcionalismo para formar um bloco de 3 entidades, apenas da educação.

Portanto, se trata de um retrocesso na luta do funcionalismo, imposta por Claudio Fonseca/PCdoB e seus seguidores que se utilizam do discurso de que não é possível unificar a luta com as categorias do funcionalismo, que já “aceitaram” o regime de subsídios aos salários, o que não passa de uma estratégia corporativista de separar a Educação do restante do funcionalismo, para enfraquecer as lutas, e com isso manter maior controle sobre elas. Tudo indica que continuará aproveitando-se do temor da categoria em relação ao regime de subsídios, para tentar seguir firmando acordos rebaixados com o governo. É importante ter claro que esse “calendário de lutas”, imposto pela burocracia sindical, buscará seguir o caminho do imobilismo, sustentada pelas mesas de negociação entre a burocracia e o governo. Nossa resposta deve ser a de parar todas as escolas no dia 08 de março, e comparecer à assembleia, para decidirmos coletivamente os rumos do movimento. Cada representante de escola deve assumir o compromisso de mobilizar sua escola e exigir que a direção sindical coloque a estrutura sindical a serviço da organização da luta.

DEFENDEMOS:

A mais ampla unidade do funcionalismo em luta para barrar os ataques de Nunes e Tarcísio! Garantia de emprego com efetivação e estabilidade a todos! Reajuste real dos salários com incorporação imediata dos abonos complementares. Fim da política de subsídios aos salários! Fim da política de terceirização e privatização na educação e demais serviços públicos! Reabertura das salas e escolas fechadas. Abaixo ao projeto de escola de tempo integral! Abaixo a reforma do ensino médio! Pela revogação do Decreto 62.555/2022, que ataca o direito as férias! Organização da luta com os métodos da ação direta, da luta de classes, com grandes manifestações, greves e ocupações de prédios e avenidas. Nenhuma ilusão nas negociações entre as burocracias e o governo, com a categoria desmobilizada!

UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



INDEPENDENTES